



A COP30, realizada em Belém do Pará, concluiu com decisões que, apesar de alguns avanços pontuais, ficaram significativamente aquém do nível de ambição exigido pela ciência, pelos povos indígenas e pela urgência climática global. O processo confirmou uma profunda tensão entre duas visões: uma que continua priorizando interesses extrativos e agendas econômicas de curto prazo, e outra — sustentada pelos povos indígenas, pela sociedade civil e pela juventude — que defende a vida, a biodiversidade e a integridade dos territórios amazônicos como condição para a estabilidade climática do planeta.

As negociações deixaram incompletos aspectos essenciais: a proteção plena dos territórios indígenas, a criação de zonas de exclusão para frear o avanço do petróleo e da mineração, a incorporação de direitos humanos nos textos operacionais, garantias claras de participação efetiva e um compromisso real para assegurar financiamento direto, flexível e culturalmente apropriado para os povos indígenas.

Diante dessas lacunas, e a partir da força da nossa articulação como a Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica — COICA, apresentamos esta Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia, que sintetiza o balanço político da COP30, reafirma as demandas históricas e traça o caminho de ação coletiva que continuará além de Belém.

Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30

Belém do Pará, Brasil – 22 de novembro de 2025

Durante mais de dois anos, nós, representantes dos Povos Indígenas dos nove países da Bacia Amazônica, construímos nossa participação rumo à COP30 por meio de nossas organizações — OPIAC, COIAB, OIS, FOAG, APA, ORPIA, CONFENIAE, AIDSEP e CIDOB — todas afiliadas à COICA.

Esta COP, a COP amazônica, representava um momento histórico para que os direitos, prioridades e propostas de solução dos Povos Indígenas se refletissem em decisões vinculantes e ambiciosas. No entanto, a COP termina com os governos do mundo — que tanto insistem em afirmar que este é um processo conduzido pelas Partes da Convenção — demonstrando falta de ambição e até mesmo falta de interesse diante do chamado urgente à ação.

Deixamos Belém do Pará, porta de entrada da Amazônia, para continuar nossa luta pela sobrevivência de todas e todos que habitam e dependem deste bioma para nossa vida e permanência. Apresentamos um balanço da COP30, assim como os elementos essenciais que permanecem pendentes.

1. Reconhecimento e proteção de todos os territórios indígenas, especialmente aqueles com presença de Povos Indígenas em Isolamento e Contato Recente (PIACI), como política e ação climática

Saudamos a homologação de quatro Territórios Indígenas no Brasil e a incorporação de uma referência inicial aos direitos territoriais no texto do Mutirão Global. No entanto, esses avanços políticos são insuficientes e estão longe de garantir segurança jurídica e proteção efetiva de nossos territórios.

Lamentamos também que a referência à proteção de nossos direitos não tenha sido incluída na parte operacional dos textos. Essa ausência ignora nosso papel fundamental na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Valorizamos que o Programa de Trabalho de Sharm el-Sheikh para implementação e ambição em mitigação tenha incluído a importância do reconhecimento de nossos direitos sobre terras e territórios. Mas reconhecer não é proteger, e esse reconhecimento continua insuficiente. A proteção efetiva dos territórios — especialmente aqueles com presença de PIACI — deve ser uma obrigação e uma política climática.

Reiteramos: não haverá ação climática efetiva sem segurança jurídica, sem territórios livres de ameaças, sem garantias de proteção e sem respeito ao princípio do não contato para os PIACI.

2. Acesso direto a financiamento direto, flexível e culturalmente apropriado

Saudamos que o Tropical Forests Forever Facility (TFFF) reconheça a necessidade de operacionalizar o acesso direto ao financiamento para os Povos Indígenas e estabeleça um percentual mínimo de 20% para povos indígenas. No entanto, esse percentual continua desproporcional ao papel que desempenhamos na proteção das florestas.

É necessário estabelecer salvaguardas sociais e ambientais robustas em todo investimento territorial do mecanismo, desenhadas para proteger os direitos dos Povos Indígenas e integrar nossos sistemas de conhecimento.

Com relação ao Fundo Verde para o Clima (GCF), embora a decisão final não tenha sido exatamente a que propusemos, celebramos que promova o acesso direto, incluindo aos povos indígenas. Embora insuficiente, representa um passo importante. Esperamos que em breve o Conselho do GCF implemente uma janela específica, flexível e culturalmente apropriada para os Povos Indígenas e seus próprios mecanismos financeiros.

O financiamento para os Povos Indígenas não deve se limitar à mitigação: também somos atores da adaptação e população afetada por perdas e danos. Exigimos que esses fundos também desenvolvam e operem mecanismos de acesso direto e culturalmente apropriado para fortalecer nossas próprias formas de governança e nossas estratégias territoriais.

3. Territórios indígenas — especialmente territórios PIACI — livres de petróleo, mineração, monocultivos e outras atividades extrativas intensivas

Reconhecemos como um avanço histórico a inclusão explícita dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Recente no parágrafo 12.i do Programa de Trabalho de Transição Justa. Esse reconhecimento deve ser um ponto de partida, não o teto da ambição.

Na Amazônia vivem mais de 180 Povos Indígenas em isolamento e contato recente, e a decisão desta COP30 registra um avanço fundamental em seu reconhecimento e proteção. No entanto, lamentamos profundamente que a COP30 não tenha estabelecido Zonas de Exclusão livres de petróleo, gás, mineração e monocultivos, especialmente em territórios PIACI. A expansão dessas indústrias continua sendo a maior ameaça às nossas vidas, culturas e à estabilidade climática global.

A Amazônia deve ser declarada uma zona livre de qualquer tipo de extrativismo destrutivo como condição mínima para evitar o ponto de não retorno.

Saudamos iniciativas como a Declaração de Belém sobre a Transição para Fora dos Combustíveis Fósseis, proposta pela Colômbia, assim como a convocação da conferência prevista em Santa Marta (2026) e a disposição do Brasil em liderar um roteiro para uma transição energética justa. Exortamos ambos os países a garantirem a participação plena e

efetiva dos povos indígenas nesses processos, incluindo ações específicas para respeitar nossa autodeterminação, o CLPI e as salvaguardas PIACI.

Ao mesmo tempo, expressamos profunda preocupação com a eliminação de todas as referências a riscos ambientais, sociais e de direitos humanos associados à mineração e aos minerais de transição. Essa omissão é um retrocesso grave, especialmente quando essas atividades são promovidas em nome da transição energética e já geram impactos severos em territórios indígenas.

Por fim, saudamos a Declaração da Colômbia para declarar a Amazônia como zona livre de grande mineração e hidrocarbonetos. Exigimos que toda a Amazônia seja uma zona de exclusão de qualquer tipo de extrativismo.

4. Representação e participação plena e efetiva

Reconhecemos o esforço logístico de nossas organizações que permitiu uma presença indígena sem precedentes nesta COP30. Saudamos o apoio oferecido pelo Ministério dos Povos Indígenas do Brasil e pelos governos que integraram representantes indígenas em suas delegações.

No entanto, presença não é participação plena e efetiva. Como titulares de direitos e atores fundamentais da ação climática, precisamos de acesso oportuno à informação, participação direta nos espaços de negociação e reconhecimento de nossas próprias estruturas de governança.

Lamentamos que a Presidência da COP30 não tenha garantido um diálogo substantivo e contínuo com nossas organizações, nem tenha sido uma defensora ativa de nossas prioridades, apesar de terem sido apresentadas durante todo o processo preparatório.

5. Inclusão dos sistemas de conhecimento indígena

Valorizamos as referências aos sistemas de conhecimento indígena em vários textos, incluindo o Mutirão Global e o Programa de Transição Justa. No entanto, persiste uma falta de compreensão entre “sistemas de conhecimento indígena” e “conhecimentos tradicionais”, termos distintos com implicações jurídicas.

Nossos sistemas de conhecimento incluem a relação com o território, a espiritualidade, a governança e o manejo das águas e florestas. Eles não podem ser fragmentados nem reduzidos a um componente técnico de adaptação.

6. Proteção de defensoras e defensores indígenas



Saudamos a proposta do Brasil de um Plano Nacional de Proteção para Defensores de Direitos Humanos. Defender a vida é um direito, não um crime. Mas os defensores indígenas requerem proteção diferenciada.

Esse passo inicial deve se traduzir em mecanismos operacionais claros para garantir prevenção da violência, proteção imediata, investigação e punição dos agressores, e apoio direto às organizações indígenas que lideram essa defesa em contextos de alto risco.

Os Povos Indígenas da Bacia Amazônica estiveram presentes. Dentro e fora da zona azul, apresentamos propostas concretas para cumprir os compromissos que as Partes tanto mencionam, mas para os quais não existem compromissos reais de implementação.

Sabemos que somos a resposta e exigimos coerência: a ação climática deve reconhecer nosso papel como atores na luta climática e compreender que uma Amazônia viva é condição para a estabilidade do planeta.

Deixamos Belém com nossa articulação fortalecida e seguiremos este caminho coletivo além da COP30. Nossas propostas são claras, acionáveis e as levaremos a todos os espaços de decisão.

¡Nós somos a resposta!